

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO – GAPI/UNICAMP

FELIPE DE GÓIS LAPA E MARISTELA DE OLIVEIRA LAPA

**ESCASSAS OPORTUNIDADES DE TRABALHO E
RENDA NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS**

**SALVADOR - BAHIA
2016**

FELIPE DE GÓIS LAPA E MARISTELA DE OLIVEIRA LAPA

**ESCASSAS OPORTUNIDADES DE TRABALHO
E RENDA NO MUNICÍPIO DE ILHÉUS**

Situação/problema escolhido para a elaboração do TCC do Curso de
Pós-Graduação em Gestão Estratégica e Políticas Públicas

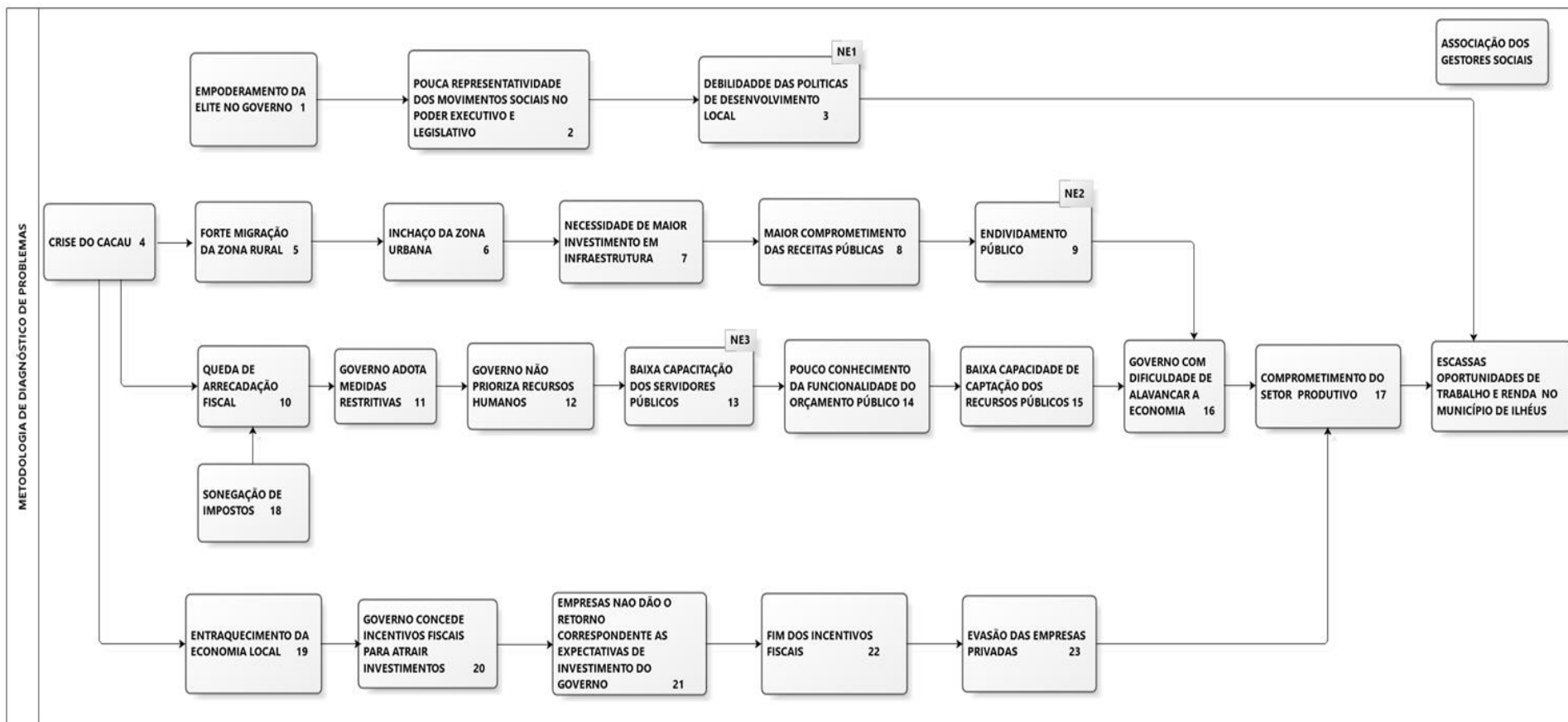
Ator que declara o problema: Associação dos Gestores Sociais

Orientadora: Professora Alina Lins

SALVADOR- BAHIA
2016

Parte 1

FLUXOGRAMA



Parte 2

COMENTÁRIOS ANALÍTICOS - CONCEITUAIS SOBRE NÓS EXPLICATIVOS

Para resolver o problema da escassez de oportunidades de trabalho e renda no município de Ilhéus foram escolhidos os nós que atendem as condições exigidas para que possam ser nós estratégicos: 1. Se resolvidos, terão alto impacto no equacionamento do problema; 2. O ator que declara o problema pode atuar sobre ele; 3. Seu equacionamento não deve implicar em desgaste político excessivo para o ator.

Esses são os nós: 1º. Pouca representatividade dos movimentos sociais nos poderes legislativos e executivos: É estratégico porque quando resolvido dará mais equilíbrio a correlação de forças, ajudando assim, pressionar a formação de uma agenda decisória mais representativa da classe trabalhadora. Nesse sentido, a associação dos gestores sociais pode atuar incentivando à participação em comissões representativas nas assembleias legislativas, em fóruns populares e no incentivo a participação do processo eleitoral no município de Ilhéus. Entende-se que a intenção dessa associação em participar de fóruns, assembleias e processos eleitorais não configura grandes desgastes, principalmente frente às comunidades em que atua.

2º. Endividamento público: É estratégico porque está diretamente relacionado com a capacidade de investimento que o governo municipal possa ter para alavancar a economia, ajudando direta e indiretamente para a geração de trabalho e renda em Ilhéus. E sobre este nó, a associação dos gestores sociais poderá agir exercendo o controle social, acompanhando as ações do governo, através do portal da transparência, dos órgãos fiscais, do TCM e Ministério Público. Os desgastes sobre esse nó serão minimizados se realizados através dos instrumentos formais e da lei.

3º. Baixa capacitação dos servidores públicos. É estratégico porque, quanto mais capacitado for o servidor público, mais conhecimento terá sobre o orçamento público e mais capaz será de buscar recursos e financiamentos para as diversas ações do governo, podendo ajudar no funcionamento e no uso dos instrumentos governamentais para ajudar a alavancar a economia, com comprometimento para a promoção de trabalho e renda no município. A associação dos gestores sociais poderá agir promovendo campanhas informativas sobre a importância do

orçamento público, buscando apoio junto às universidades, divulgando cursos gratuitos do governo federal e formando comissões que possam junto ao sindicato dos trabalhadores municipais cobrarem do governo cursos de capacitação para os servidores. Os desgastes referentes a essas ações serão menores, quanto maior for o esclarecimento dos benefícios que conhecimento sobre orçamento público gera para captação recursos úteis para o governo.

Dois nós explicativos merecem ser melhor analisados:

1º “Comprometimento do setor produtivo” é um dos nós explicativos estudados no TCC que merece uma análise mais profunda sobre o assunto, por implicar diretamente sobre a capacidade de geração trabalho e renda no município. A melhor compreensão desse nó permite encontrar uma porta de saída para o grave problema da falta de emprego em Ilhéus e faz com que mesmo ciente da falta de vontade política do atual Governo Municipal para resolver os problemas da cidade, principalmente com a condução de políticas que promovam a democratização dos meios de produção, ainda assim, seja levada pela Associação dos Gestores Sociais de Ilhéus uma proposta para que o governo apóie e alavanque a economia solidária, o empreendedorismo e a tecnologia social como uma alternativa possível para resolver o problema da falta de trabalho e renda na cidade. Uma proposta que visa redirecionar as ações do governo, com a intenção de aumentar a participação popular, redistribuir a renda e diminuir a desigualdade social. Segundo Paul Singer (2012, pg. 10) “A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda.”

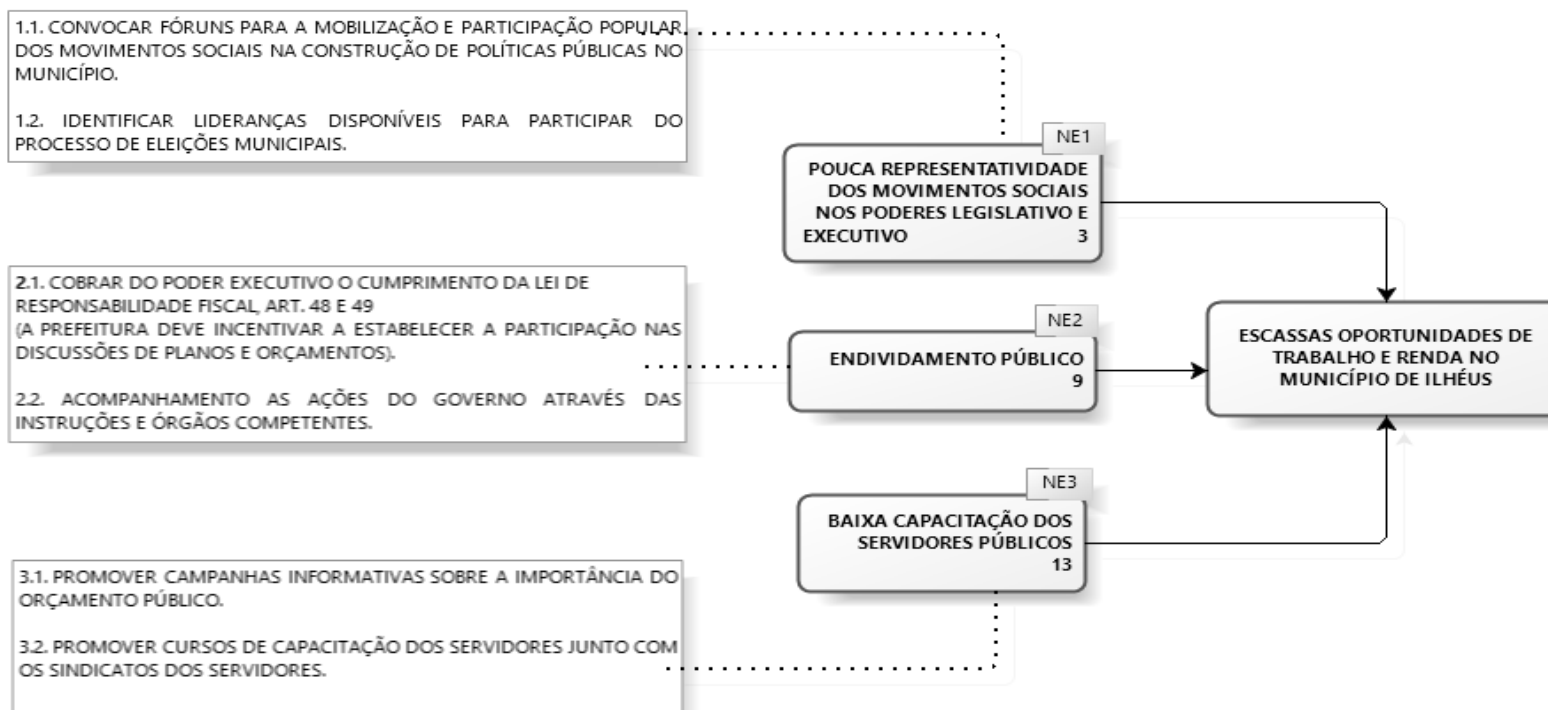
Quanto ao nó que faz relação direta e causal com o “comprometimento do setor produtivo”, refere-se a “evasão de empresas”, este da mesma forma que o outro nó precisa ser mais compreendido para que se verifiquem os efeitos sobre problema exposto, podendo-se assim, avaliar se realmente inferiu em prejuízos para a perda de trabalho e renda no município de Ilhéus. Essa análise servirá para compor a avaliação dos resultados das escolhas políticas e conseqüente ações do governo. E caso fossem utilizadas como ferramenta pelo mesmo ajudaria a reconduzir suas ações no intuito de ampliar os benefícios sociais e de melhorar a vida dos que mais necessitam da interferência do Estado.

2º “Maior comprometimento das receitas públicas” é um dos nós explicativos estudados no TCC que merece uma análise maior pelo fato de implicar diretamente em responsabilidade por eventuais endividamentos que ocorram no Município. Por esse motivo, um entendimento discricionário dos elementos (despesas, gastos, investimentos) que comprometem as receitas desse Município, possibilitará que seja feita uma justa ratificação dos elementos identificados, como também as retificações que forem necessárias. Na possibilidade de se ter o controle social sobre essas contas a sociedade só teria a ganhar.

Quanto ao nó que faz relação direta com este que está sendo melhor analisado e que também poderia implicar no maior comprometimento das receitas estaria a “necessidade de maior investimento em infraestrutura”, este também quando analisado mais profundamente, permitiria que fosse verificado se atende ou não de forma justa as demandas das classes que mais precisam das obras do Estado ou se continuam atendendo aos interesses das classes ricas. O que segundo Renato Dagnino (2013), seria uma característica do Estado Herdado, se configurado que não existe nenhuma preocupação com a elaboração de políticas apropriadas, mas sim, uma rede de influência e favores, entre os políticos locais e suas clientelas, que permite que os recursos fluam em troca de benesses.

Parte 3

ÁRVORE DOS PROBLEMAS E AS RESPECTIVAS AÇÕES DE CADA NÓ ESTRATÉGICO



Nós Estratégicos, Ações para Equacionar e Resultados Esperados

Nó Estratégico	Ações	Resultados de ações
NE1- Pouca representatividade dos movimentos sociais no poder legislativo e executivo.	<p>A.1.1. Convocar fóruns para a mobilização e participação popular dos movimentos sociais na construção de políticas públicas no Município.</p> <p>A.1.2. Identificar lideranças disponíveis para participar do processo de eleições municipais.</p>	Quando resolvido dará mais equilíbrio a correlação de forças, ajudando assim, pressionar a formação de uma agenda decisória mais representativa da classe trabalhadora.
NE2- Endividamento público.	<p>A.2.1. Cobrar do Poder executivo o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 48 e 49 (A prefeitura deve incentivar a estabelecer a participação nas discussões de planos e orçamentos).</p> <p>A.2.2. Acompanhamento das ações do governo através das instruções e órgãos competentes.</p>	O controle social sobre os gastos públicos pode ajudar na diminuição e no saneamento da dívida pública.
NE3- Baixa capacitação dos servidores públicos.	<p>A.3.1. Promover campanhas informativas sobre a importância do orçamento público.</p> <p>A.3.2. Promover cursos de capacitação dos servidores junto com os sindicatos dos servidores.</p>	Quanto mais capacitado for o servidor público, mais apto estará na busca de recursos e financiamentos para as diversas ações do governo.

Parte 4**PLANO DE AÇÃO****Nó estratégico: Pouca representatividade dos movimentos sociais no poder legislativo e executivo.**

AÇÃO	TAREFAS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
A.1.1. Convocar fóruns para a mobilização e participação popular dos movimentos sociais na construção de políticas públicas no Município.	1.1.1. Identificar quais são os movimentos sociais e coletivos no Município; 1.1.2. Elaborar pautas mínimas que atendam as demandas sociais.	Recursos materiais: espaço físico, material didático, mídia, etc. Recursos humanos: colaboradores técnicos das áreas de estudo, lideranças comunitárias.	Prazos em aberto com possibilidades de pré-agendamentos que permitam a construção do calendário das atividades.	Núcleo de estratégico de ação da Associação dos Gestores Sociais.
A.1.2. Identificar lideranças disponíveis para participar do processo de eleições municipais.	1.2.1. Promover reuniões das lideranças populares com os agentes políticos (vereadores, secretários municipais, diretores de empresas públicas, etc); 1.2.2 listar lideranças dentro dos movimentos sociais.	Recursos materiais: espaço físico, material didático, mídia, etc. Recursos humanos: colaboradores técnicos das áreas de estudo, lideranças comunitárias.	Atividade permanente.	Núcleo de estratégico de ação da Associação dos Gestores Sociais.

Nó estratégico: Endividamento público.

AÇÃO	TAREFAS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
A.2.1. Cobrar do Poder executivo o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 48 e 49 (A prefeitura deve incentivar e estabelecer a participação nas discussões de planos e orçamentos).	2.1.1. Listar as ações que atendam as demandas nos diversos temas que compõem Leis e planos orçamentários do Municipal; 2.1.2. Reivindicar via os meios de comunicação.	Não envolve o desembolso de recursos financeiros.	Prazos vinculados ao calendário de elaboração das referidas leis e planos orçamentários.	Núcleo de participação e controle social da Associação dos Gestores Sociais.
A.2.2. Acompanhamento das ações do governo através das instruções e órgãos competentes.	2.2.1. Verificação sistemática da aplicação dos recursos públicos no portal da transparência, 2.2.2. Acompanhamento das contas públicas junto aos órgãos e dos órgãos fiscalização como TCM e Ministério Público.	Recursos humano disponíveis e voluntários para execução das ações	Acompanhamento anual, durante os exercícios fiscais do Município.	Núcleo de participação e controle social da Associação dos Gestores Sociais.

Nó estratégico: Baixa capacitação dos servidores públicos

AÇÃO	TAREFAS	RECURSOS NECESSÁRIOS	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
A.3.1. Promover campanhas informativas sobre a importância do orçamento público.	3.1.1. Buscar apoio junto às universidades para que ajudem, ministrando cursos e palestras direcionadas a comunidade sobre orçamento público participativo; 3.1.2. Divulgar os cursos gratuitos oferecidos pelo governo federal.	Recursos humanos, materiais e financeiros.	Os prazos de seis meses antes do calendário orçamentário	Núcleo de formação e comunicação da Associação dos Gestores Sociais.
A.3.2. Promover cursos de capacitação dos servidores junto com os sindicatos dos servidores.	3.2.1. Identificar quais os servidores alvo desses cursos; 3.2.2. Buscar um capacitador junto as Entidades de ensino e pesquisa.	Recursos humanos, materiais e financeiros.	Duração horas aulas.	Núcleo de formação e comunicação da Associação dos Gestores Sociais.

Parte 5

ANÁLISE DE ATORES

NE1 - Pouca representatividade dos movimentos sociais no poder legislativo e executivo

Ação 1.1. Convocar fóruns para a mobilização e participação popular dos movimentos sociais na construção de políticas públicas no Município.

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
A.1. Coordenador de ações estratégicas.	Recursos materiais: material didático, mídia, etc.	Recursos disponíveis são escassos	Conquistando e garantindo espaços para debates e negociação referente às políticas públicas e realização efetiva para participação popular.	Caso no desempenho de suas funções deixe de representar a maioria das demandas determinada em votação na Associação e não consiga fazer a mobilização necessária.	Deve-se ter uma relação de proximidade ao coordenador acompanhando suas ações para apoio e controle.
A.2. Secretário de ações estratégicas.	Recursos materiais: espaço físico, material didático, mídia, etc.	Ação vinculada ao coordenador.	Identificando os movimentos, organizando e orientando a participação popular em todas as atividades que ocorram.	Não garantindo a participação de todos os grupos representados na Associação dos gestores sociais.	Cobrando a divulgação das atividades que a Associação participa mensalmente.
A.3. Assessor técnico	Recursos materiais: espaço físico, material didático, mídia, etc.	Ação consultiva limitada.	Orientando a construção das pautas e dos procedimentos que exijam compromisso formal, dando amparo legal para garantir a participação popular.	Omitindo o conhecimento de leis de garantia de direitos e proteção aos grupos sociais e populares.	Verificando se a assessoria tem contribuído para garantir direitos, proteção dos grupos sociais e possível ampliação da participação popular.

Ação 1.2. Identificar lideranças disponíveis para participar do processo de eleições municipais.

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
A.1. Todos pertencentes à Associação dos Gestores Sociais	Recursos humanos: disponíveis	Ação limita-se na identificação dos líderes para a participação do processo eleitoral e cumprimento de suas responsabilidades no exercício da cidadania	Contribuindo para participação consciente no processo eleitoral.	A forma de prejudicar é através de ações de omissão ou qualquer outra que exceda o direito e o respeito à cidadania.	Acompanhando e orientando para que as ações de todos os associados possam fortalecer a democracia.

NE2 - Endividamento público.

Ação 2.1. Cobrar do Poder executivo o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 48 e 49 (A Prefeitura deve incentivar a Estabelecer a participação nas discussões de planos e orçamentos).

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
A.1. Coordenador do núcleo de participação e controle social	Recursos materiais (didáticos) e recursos humanos	A ação é limitada ao acompanhamento, controle e denuncia de atos do Governo Municipal que não estejam amparados pela lei aos Órgãos competentes, desde que com documentos comprobatórios.	Acompanhando a elaboração das peças orçamentárias e a execução das despesas para evitar desvio e desperdício dos recursos públicos e conquistando espaços para mais demanda populares.	Com atos omissos frente a desmandos do governo, resistência a denúncias aos Órgãos competentes	Acompanhando suas ações para que possam ter fortalecimento e controle das mesmas. E analisando conjuntamente o resultado dessas ações.
A.2. Secretário do núcleo de participação e controle social	Recursos materiais (didáticos) e recursos humanos	Ação limita-se ao esclarecimento e a informação da importância da participação e responsabilidade no exercício da cidadania.	Mobilizando os gestores sociais das comunidades para dar efetividade a participação nas discussões e demais aos mecanismos de controle social.	Com a falta de participação, apatia política e falta de compromisso com o exercício de cidadania	Dando suporte e apoio para que as ações sejam ampliadas.

Ação 2.2. Acompanhamento das ações do governo através das Instituições e órgãos competentes.

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
A.1. Assessor técnico jurídico	Recursos humanos disponíveis e voluntários para execução das ações.	Ação limitada ao controle e denuncia de atos que não estejam amparados pela lei aos Órgãos competentes, desde que com documentos comprobatórios.	Exercendo controle e fiscalização das contas públicas junto aos Conselhos, Câmara Municipal TCM, TCE, MP etc.	Com atos omissos frente a desmandos do governo, resistência a denúncias aos Órgãos competentes.	Acompanhando suas ações para que possam ter fortalecimento e controle das mesmas. E analisando conjuntamente o resultado delas.
A.2. Assessor técnico financeiro	Recursos humanos disponíveis e voluntários para execução das ações.	Ação limitada ao controle e denuncia de atos que não estejam amparados pela lei aos Órgãos competentes, desde que com documentos comprobatórios	Verificando sistematicamente a aplicação dos recursos públicos no portal da transparência, fazendo acompanhamento das contas públicas junto aos órgãos e dos órgãos fiscalização.	Com atos omissos frente a desmandos do governo, tendo resistência a fazer denúncias aos Órgãos competentes.	Acompanhando suas ações para que possam ter fortalecimento e controle das mesmas. E analisando conjuntamente o resultado delas.

NE3 - Baixa capacitação dos servidores públicos

Ação 3.1. Promover campanhas informativas sobre a importância do orçamento público.

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
A.1. Coordenador do núcleo de formação e comunicação.	Recursos humanos, materiais e financeiros.	Ficam limitadas as ações de incentivo, orientação e promoção do conhecimento sobre importância do orçamento público dos benefícios econômicos e sociais que possa gerar para o Município.	Buscando apoio junto às universidades para que ajudem, ministrando cursos e palestras direcionadas a comunidade sobre orçamento público e orçamento público participativo.	Não contribuindo para que conhecimento sobre OP melhore a captação e administração dos recursos públicos que possam melhorar a vida da população mais carente.	Acompanhando suas ações para que possam ter fortalecimento e controle das mesmas. E analisando conjuntamente o resultado delas.
A.2. Secretário do núcleo de formação e comunicação.	Recursos humanos, materiais e financeiros.	Ficam limitadas as ações de incentivo, orientação e promoção do conhecimento sobre importância do orçamento público dos benefícios econômicos e sociais que possa gerar para o Município.	Colaborando na organização das atividades de formação sobre orçamento público e OP participativo que surgirem e divulgando os cursos e materiais informativos oferecidos pelo governo federal, ONGs, Associações, Confederações Universidades Etc.	Não permitindo que o conhecimento chegue prioritariamente para as pessoas que mais tem dificuldades no acesso à informação.	Dando suporte, apoio e estrutura para que suas ações sejam ampliadas
A.3. Assessor técnico de Comunicação	Recursos humanos, materiais e financeiros.	Ficam limitadas as ações de incentivo, orientação e promoção do conhecimento sobre importância do orçamento público dos benefícios econômicos e sociais que possa gerar para o Município.	Produzindo um material didático para orientar os cursos, palestras e campanhas informativas.	Não usando um tipo de linguagem que simplifique a informação.	Ajudando na confecção do material produzido para as campanhas, cursos e palestras.

Ação 3.2. Promover cursos de capacitação dos servidores junto com os sindicatos dos servidores.

ATOR	RECURSOS QUE CONTROLA	LIMITAÇÕES/ VULNERABILIDADES	COMO PODE CONTRIBUIR?	COMO PODE PREJUDICAR?	COMO ATUAR EM RELAÇÃO A ESTE ATOR?
A.1. Coordenador do núcleo de formação e comunicação	Recursos humanos, materiais e financeiros.	Ficam limitadas as ações de orientação e promoção do conhecimento e capacitação do servidor.	Colaborando para a capacitação dos funcionários, visando uma melhor administração dos recursos públicos	Não deixando claro que a capacitação do servidor deve ser em benefício do serviço público para melhor atender as demandas da população que mais necessita do Estado.	Acompanhando suas ações para que possam ter fortalecimento e controle das mesmas. Analisando conjuntamente o resultado delas.
A.2. Assessor técnico de Comunicação	Recursos humanos, materiais e financeiros.	Ficam limitadas as ações de orientação e promoção do conhecimento e capacitação do servidor.	Buscando um capacitador junto as Entidades de ensino e pesquisa.	Não deixando claro que a capacitação do servidor deve ser em benefício do serviço público para melhor atender as demandas da população que mais necessita do Estado.	Acompanhando suas ações para que possam ter fortalecimento e controle das mesmas. Analisando conjuntamente o resultado delas.

Parte 6

ANALISES DE RISCOS E FRAGILIDADES

Perguntas Orientadoras	Análise da Equipe
As ações propostas para equacionar os nós estratégicos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.:efeitos sociais ou ambientais)?	Acredita-se que efeitos indesejáveis poderão estar apenas relacionados à questão política e a resistência do próprio poder público. E isso vai depender bastante da força e da capacidade que a Associação dos Gestores Sociais tenha para obter apoio popular, quando encaminhar suas propostas. Essa será uma das condições que forçará o governo a avaliar a necessidade de colaborar para o equacionamento dos problemas como meio de evitar maiores problemas para o município e para sua própria gestão.
Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	Avalia-se que nas ações propostas não existem efeitos negativos em relação aos aspectos técnicos, jurídicos ou políticos. Mas, admiti-se a possibilidade de que alguns desses aspectos possam ter efeitos nulos, porque são limitados por decisões que não dependem diretamente da Associação dos Gestores Sociais.
Qual o principal ponto fraco do projeto?O que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	O ponto fraco desse projeto é que não conta com uma expressão de vontade política do Governo Municipal e depende da integração de força dos gestores sociais. O que pode ser feito é ampliar os debates sobre os temas propostos, ocupando todos os espaços disponíveis que possam reverter em fortalecimento para o projeto.
Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Apesar dos recursos serem escassos a Associação dos Gestores Sociais conta com ajuda de trabalho voluntário e os recursos vêm da colaboração feita pelos próprios Associados. Quanto às propostas que serão feitas ao Governo Municipal, pretende-se justamente que as ações possam ajudar na utilização mais justa e eficiente dos recursos públicos que viabilizarão o equacionamento dos problemas.
De forma geral a equipe avalia ao final que o plano de ação é viável para efetivamente solucionar o problema escolhido?	Sim, na medida em as ações propostas ampliem a participação popular e possam direta ou indiretamente resultar no melhor uso dos recursos públicos, no fortalecimento de políticas de desenvolvimento local, no fortalecimento do setor produtivo e no aumento da capacidade de geração de trabalho e renda no município.

Parte 7

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Com a adoção da estratégia de gestão pública de esquerda proposta neste curso de Pós-Graduação para a realização do TCC, que dá ao gestor público a função principal de ser um *resolvedor de problemas* com soluções mais justas e democráticas e que permite a utilização de instrumentos metodológicos operacionais específicos para descobrir suas verdadeiras origens foi elaborado um trabalho sobre as escassas oportunidades de trabalho e renda no município de Ilhéus, no qual, o ator que propõe a resolução do problema foi a Associação de Gestores Sociais de Ilhéus que representa coletivamente as associações de bairros do município.

Buscou-se dentro de uma concepção de esquerda as causas e efeitos do problema analisado para a construção de um fluxograma que permiti definir entre os nós explicativos, três que fossem estratégicos para sua resolução. A partir disso, foram feitas diversas propostas de ações que na maioria deveriam ser levadas ao governo municipal para que de alguma forma pudessem contribuir para resolução do problema.

Diante das análises feitas, quando se evidenciaram as limitações das ações propostas ficou claro que mesmo que algumas dessas ações dependam efetivamente do acolhimento pelo poder público para que o problema seja mais facilmente resolvido e possa realmente contribuir para o aumento das perspectivas de trabalho e renda em Ilhéus, a avaliação do trabalho realizado é positiva porque contribuiria para o fortalecimento da participação dos movimentos populares e aumentaria a pressão da sociedade sobre a gestão municipal.

Além dos pontos positivos destacados, esse trabalho fomentaria entre as pessoas a necessidade de se pensar continuamente em soluções alternativas para o problema da escassez de oportunidades de trabalho e renda, como a de possíveis empreendimentos solidários que possam surgir no município como meio de resolver o problema.

Parte 8

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- PAUL, Singer. **Introdução à Economia Solidária**, Editora Fundação Perseu Abramo, Ed.5º, pg.10
- DAGNINO, Renato. **Capacitação dos gestores públicos: Uma aproximação ao problema sobre a ótica da administração pública** . Revista Brasileira de Administração e Política, V.6, n.1 (2013).
- SILVA, Frederico Barbosa da, BEGHIN Luciana, JACCOUD Nathalie, Capítulo 8, **Políticas Sociais no Brasil: Participação Social, Conselhos e Parcerias**. Disponível em:<http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_8-10.pdf>
- **Eleições 2016: leigos devem ter participação consciente no processo eleitoral, diz CNBB**
Disponível em:<<http://www.franciscanos-rs.org.br/eleicoes-2016-leigos-devem-ter-participacao-consciente-no-processo-eleitoral-diz-cnbb/>>
- **Orçamento público: Entendendo tudo**.Fundação João Pinheiro, UNICEF
Disponível em:<<http://www.leaozinho.receita.fazenda.gov.br/biblioteca/Arquivos/entendendo.pdf>>
- Site do Senado Federal. **Orçamento fácil**. Disponível em:
<<http://www12.senado.gov.br/orcamentofacil>>
- Site da Consultre. Disponível em:< <http://www.consultre.com.br/curso/siconv-da-captacao-de-recursos-da-uniao-a-prestacao-de-contas>>
- Site da Confederação nacional dos servidores públicos/**Guia prático para atender os interesses do servidor público**
Fonte: http://www.cnsf.org.br/website/pdfs/Guia_Orcamento.pdf
- Site do Portal da transparência
Fonte:<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlesocial/>
- **Olho vivo no Dinheiro Público**, controle social- orientação aos cidadãos para participação na gestão pública e no exercício do controle social, Controladoria – Geral da União /CGU
Disponível em:<https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/3671/1/controle_social.pdf>
- Portal da Consciência política
Disponível em:<<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ciber-democracia/democracia-participativa/controle-social/>>